



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Secretaria de Comércio Exterior
Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior

DESPACHO

Processo nº 12105.100632/2021-16

1. Com referência ao Despacho SECEX-SUEXT (16397191), datado de 11.06.2021, e em complemento ao Despacho SECEX-SUEXT-CONAE (16401658), datado de 11.06.2021, a partir de análise do **"Tema 23", que tem como medida proposta a "Dispensa de Licença de Importação (LI) para bens usados aos operadores de poços maduros/marginais"**, entendemos pertinente prestar as informações/considerações que seguem abaixo.
2. Bens usados contam com características distintas de bens novos, não cabendo a presunção de que o impacto da importação do primeiro seja idêntico ao do segundo. Há exemplos em que, em defesa de políticas públicas, tem-se a necessidade de imposição de restrições à importação de bens usados, como no caso dos pneus. A importação dessas mercadorias, na condição de usadas, mesmo quando reprocessadas, comprovadamente traria sérios danos ambientais, como demonstrado na ADPF 101, em que o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu pela constitucionalidade das normas que proíbem a importação de pneus usados em razão do art. 225 da Constituição da República, que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público o dever de protegê-lo.
3. Assim, pode não ser adequada a liberação indiscriminada, decorrente da dispensa de licença de importação, das compras externas de *"bens usados aos operadores de poços maduros/marginais"*, sem qualquer avaliação das suas consequências, impedindo o exercício, pelo Poder Público, de suas obrigações relativas à implementação de políticas públicas necessárias à garantia de direitos constitucionais.
4. Oportunamente, cabe registrar a proposta, em discussão no âmbito do Ministério da Economia, que trata sobre a permissão para importação de bens remanufaturados. Presentemente, as importações de tais bens recebem o mesmo tratamento das compras externas de itens usados em geral, o que pode limitar oportunidades de investimento e de ganhos de produtividade na indústria e no setor de serviços, bem como o acesso a certos bens por parte dos consumidores. Nesse sentido, a existência de produção e comércio internacional de bens remanufaturados, adicionada à constatação do menor risco ambiental desses produtos em comparação com os usados, poderia justificar a sugestão ora em avaliação.
5. Além disso, no contexto da implementação do Novo Processo de Importação do Portal Único de Comércio Exterior, existe iniciativa que dispensará o requisito de licenciamento de importação de responsabilidade da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) para as operações envolvendo bens usados que ingressem no Brasil em caráter temporário, medida que poderá beneficiar os operadores de poços maduros ou marginais.

Brasília, 25 de junho de 2021.

Documento assinado eletronicamente
CARLOS ANTONIO S. DOS SANTOS



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Antônio Silva dos Santos, Coordenador(a)**, em 28/06/2021, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16756008** e o código CRC **EC4BC4CE**.
